



Assembléia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça
para os devidos fins.

Em 28/03/17

Conceição de Maria Lago Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado

Aluisio
Martins
para relatar.

Em 28/03/17

Presidente Comissão de Constituição
e Justiça



ESTADO DO PIAUÍ

Assembleia Legislativa

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER Nº - 12

PROJETO LEI Nº. 06, de 17 de março de 2017.

RELATOR: DEP. ALUÍSIO MARTINS

I – RELATÓRIO

Encontra-se para apreciação nesta douta casa legislativa a mensagem nº 008/2017 do projeto de autoria do Exmo. Governador que *“Dispõe sobre alteração da Lei Estadual nº 5.562 de 08 de maio de 2006, que cria o Fundo Penitenciário Estadual-FUNPESPI e da outras providências.”*.

Na exposição de motivos o presente Projeto de Lei visa uniformizar a organização dos procedimentos normativos, tendo como base a Medida Provisória nº 755, de 19 de dezembro de 2016. De modo que as alterações são necessárias para proporcionar recursos e meios, em caráter supletivo, para financiar e apoiar as atividades programas de desenvolvimento e modernização do Sistema Penitenciário do Piauí.

Nos termos dos artigos 47, inciso VI 59, 60, 61 e 139 do regimento interno, recebi a presente proposição para emitir parecer sobre a constitucionalidade da matéria, observando sua adequação aos princípios e normas esculpidos na Constituição Federal na Constituição Estadual.

II – VOTO DO RELATOR

Primeiramente devemos avaliar que o Estado é plenamente capaz de legislar sobre o tema, é o que diz a Constituição Federal:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

As modificações tratam sobre o artigo 3º da lei 5562/2006, que especifica onde os recursos do Fundo Penitenciário devem ser aplicados.

O levando em consideração a otimização e a aplicação dos investimentos destinados pelo Fundo para a modernização do sistema prisional estadual.



ESTADO DO PIAUÍ

Assembleia Legislativa

Sendo que o novo direcionamento dos recursos será utilizado na construção, reforma e modernização de unidades prisionais, na compra de novos veículos, equipamentos de segurança para agentes penitenciários, dentre outras medidas.

De modo a contribuir com os projetos de humanização e reintegração social que vêm sendo desenvolvidos pelo Governo do Estado nos estabelecimentos penais.

Alicerçado nas razões e argumentos apresentados no presente relatório e estando o projeto de lei em conformidade com as normas técnicas legislativas e com os aspectos constitucionais, legais, jurídicos e regimentais pertinentes à matéria, sou de parecer favorável à sua aprovação.

III - PARECER DA COMISSÃO



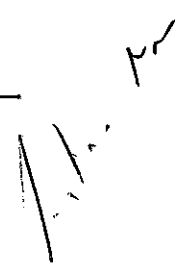
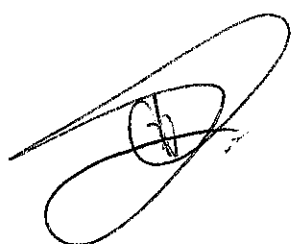

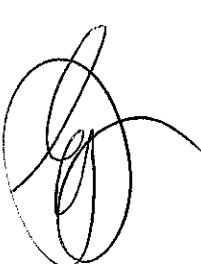
Em discussão, em votação:

Pelo acatamento(X)

Pela rejeição()

SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO PIAUÍ, Teresina, 21 de março de 2016.


DEP. ALUÍSIO MARTINS - PT
RELATOR

APROVADO À UNANIMIDADE
em, 09/04/17
Presidente da Comissão de
Justiça